



RESENHA

Boletim da Diretoria Executiva da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco - ANO 5/ Nº 25/ Julho 2021



Especialistas criticam reforma administrativa

Página 2

GT discute teto remuneratório

Página 4

Fisco cobra vacina e RTS

Página 7

REFORMA ADMINISTRATIVA

PEC 32 | Especialistas apontam os prejuízos para o servidor e para o Estado

Durante Superlive promovida pela Fenafisco, em parceria com o Congresso em Foco, a professora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Gabriela Lotta, e o doutor em Economia – José Celso, criticaram a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, que dispõe sobre a reforma administrativa e apontaram os prejuízos embutidos no texto.



Para os especialistas, a PEC está na contramão dos preceitos necessários para a universalização ao acesso dos serviços públicos garantidos pela Constituição e poderá aprofundar ainda mais as desigualdades no país, uma vez que não propõe transparência e maior democratização dos processos decisórios.

“Precisamos de um Estado melhor e não menor. Um Estado melhor deveria ampliar o acesso aos serviços públicos de qualidade. Essa deveria ser e a premissa central da reforma. Ao mesmo tempo deveríamos ter um Estado menos incongruente. Hoje, o Estado reflete uma casta minoritária que ganha muito e um grupo enorme de servidores que ganha pouquíssimo. São desigualdades marcadas por gênero e raça e uma real reforma deveria atacar essas iniquidades”, explicou Lotta.

PROBLEMÁTICA DA ESTABILIDADE

Os especialistas convidados foram enfáticos ao mencionar a estabilidade do servidor como dimensão central para a garantia da democracia, não-politização da máquina burocrática, e para a ampliação ao acesso e melhor qualidade na prestação do serviço público.

Segundo eles, a reforma traz em seu bojo um conjunto de inseguranças para o servidor e para o Estado brasileiro, ao fragilizar o vínculo com os trabalhadores do setor e politizar a máquina administrativa.

Outra medida contida na PEC 32 e

amplamente criticada, foi a possibilidade de extinção de órgãos governamentais, e de carreiras de servidores, por decisão exclusiva do presidente da República, sem passar pelo escrutínio público ou pela aprovação do legislativo.

“Essa PEC é o retorno ao Estado pré-republicano. Há várias inconstitucionalidades claras na proposta. Uma delas de natureza antirrepublicana, na medida em que propõe superpoderes discricionários, quase absolutistas ao presidente da República, desequilibrando a relação Federativa e entre os poderes”, disse José Celso.

Segundo o economista, a PEC 32 é também antidesenvolvimentista, por atacar o artigo 3º da CF 88, por não se destinar a melhorar nem a estrutura nem os processos administrativos do Estado.

“Ela se destina a promover, por um lado, um ajuste fiscal profundo, no âmbito do setor público, por meio do rebaixamento de remunerações, possibilidade de demissão e promove uma reforma trabalhista, de índole flexibilizadora e precarizante, no âmbito do serviço público”, esclareceu.

RESENHA

Boletim da DirEx da Fenafisco

Dir. de Comunicação Fenafisco
Cloves Silva

Textos:
Allan César
Wanúbia Lima

Edição:
Wanúbia Lima | MTB 9585 DF

Diagramação:
Sergio Bastos | 585 DRT - PA

Projeto Gráfico:
Ascom Fenafisco

VERSÃO DIGITAL

REFORMA ADMINISTRATIVA

SUPERLIVE | Relembre as estratégias apontadas por parlamentares para derrotar a PEC 32

Com mais de 2,5 mil visualizações, a Superlive realizada pela Fenafisco e Congresso em Foco no dia 6 de maio, trouxe ao debate especialistas e parlamentares para, além de mostrar os impactos negativos da PEC 32/2020 na prestação de serviços públicos, debater estratégias que derrotem a proposta.

Segundo os deputados convidados, Alice Portugal (PCdoB-BA), da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, Professor Israel (PV-DF), da Frente Servir Brasil, e Fábio Trad (PSD-MS), o texto da reforma administrativa, formulado sem fundamentação técnica ou jurídica, traz inseguranças e uma sequência de ataques aos servidores públicos, especialmente os que ganham menos.

Para evitar o desmonte do Estado de bem-estar social, e o não aprimoramento da estrutura da máquina pública, os parlamentares destacaram como



fundamental, união das carreiras do serviço público, mobilização e esclarecimento da população acerca do processo de desbalanceamento da democratização das relações do Estado com a sociedade, que estavam em vias de aperfeiçoamento desde a Constituição Federal de 1988.

Segundo a análise dos três parlamentares, a reforma em curso, idealizada para ceder à iniciativa privada áreas de serviços essenciais para a população, fere direitos garantidos pela Carta Magna.

STF

O deputado Israel destacou que, em março, a Frente Servir Brasil interpôs recurso de agravo interno no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a decisão do Ministro Marco Aurélio — que rejeitou o Mandado de Segurança (37688) impetrado pela frente em 12 de fevereiro —,

a fim de requerer a imediata suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020.

O recurso da Frente alega a impossibilidade de tramitação da proposta sem a apresentação — amparada por direito líquido e certo ao devido processo legislativo — dos documentos que a embasaram. No site criado pelo Ministério da Economia para dar transparência à PEC, as informações de estudos e pareceres estão incompletas e insuficientes para o debate sobre a administração pública.

Fenafisco defende servidores e critica a reforma no setor público

A Fenafisco participou do último webinar organizado pelo Movimento a Serviço do Brasil, junto com outras entidades do serviço público, para discutir os impactos da reforma administrativa no setor e o tráfico de influência na máquina pública, caso a PEC 32/2020 seja aprovada.

O evento, mediado pelo jornalista João Frey, contou com a participação de Celso Malhani, representando a Fenafisco, Flávio Sueth (ANSEMP), Anne Marques (Fenajud) e Luiz Cláudio Corrêa (Fenafuje), além de internautas que contribuíram por meio de perguntas.



Na ocasião, Malhani enalteceu a realização de mais um debate voltado a uma pauta de interesse público e alertou para a tentativa de desmonte do Estado brasileiro, embutido no texto da PEC 32/2020.

“Estamos debruçados no estudo de uma proposta nomeada como refor-

ma administrativa, e que no fundo promove um enorme desmonte na estrutura do Estado brasileiro, alterando de forma gravíssima os princípios da administração pública, e imputando insegurança jurídica aos servidores, ao submetê-los a uma quase escravidão e ao assédio moral permanente daquele governante que estiver exercendo o poder”, disse.

Acerca dos impactos que a PEC 32/2020 pode trazer para a população, Malhani destacou não haver dúvidas quanto a queda na oferta e qualidade da prestação de serviços públicos.

“Sem dúvidas, muitas pessoas ficarão desassistidas. A reforma administrativa é a pá de cal sobre a sociedade brasileira, e quer retirar ações do Estado, ao entregar serviços públicos à iniciativa privada”, alertou.

REFORMA ADMINISTRATIVA

GT discute estratégias para influenciar na definição do teto remuneratório do Fisco

Membros do Grupo de Trabalho (GTeto Isonômico), organizado pela Fenafisco, têm se reunido para sistematizar estudos que verifiquem a política remuneratória da Administração Tributária, no que versa aos critérios de vinculação e regulamentação constitucional do teto salarial das carreiras do Fisco.

Na primeira reunião, foi discutido quais estados estariam com o teto vinculado ao subsídio dos governadores, desembargadores e ministros do STF.

O grupo fez um levantamento para conhecer a realidade de cada estado, no tocante ao teto salarial aplicado à classe fiscal, sua fundamentação legal (Lei, Constituição Estadual) e quantas são as categorias que fazem parte do grupo TAF (Tributação, Arrecadação e Fiscalização).



ção e Fiscalização).

O ex-deputado federal, João Dado, aderiu ao GT, somando esforços para aprimorar os debates, avaliando pontos específicos da PEC 32/2020.

Dado observou as etapas a serem vencidas, com os respectivos prazos de execução, e destacou a importância do rigor técnico para a elaboração da

redação das emendas ao texto da reforma administrativa e reiterou que acredita na prosperidade do pleito das carreiras.

Sob coordenação do presidente Sinafresp, Alfredo Maranca, o GT tem como objetivo construir estratégias para influenciar na definição de um teto único salarial nacional, com base no subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o êxito das ações foram encaminhadas três frentes de trabalho:

1. Jurídico: ADI 6577 (Unificação do teto para Administração Tributária)
2. Reforma Tributária (Pacto de Brasília)
3. Reforma Administrativa (Carreiras Típicas de Estado)

Fisco reforça ato nacional contra desmonte do serviço público

Em protesto contra o desmonte do serviço público, desvalorização dos servidores e precarização da máquina estatal, o diretor da Fenafisco, Celso Malhani, somou coro à diversas entidades representativas do setor público, filiadas Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), durante ato nacional contra a PEC 32/2020, que dispõe sobre a reforma administrativa.

A mobilização contou com a presença e o apoio do presidente da Frente



Servir Brasil, deputado Israel Batista (PV/DF), que defende a ampla discussão de uma reforma tributária progressiva, justa e sustentável, antes da reforma administrativa.

Além do ato na frente do Congresso Nacional, as entidades envolvidas na manifestação promoveram intensa mobilização nas redes sociais, a exemplo do tuitaço realizado pela manhã, com o objetivo de unificar os servidores públicos de todo país a pressionar os parlamentares e alertar a população sobre os efeitos nocivos da proposta para prestação de serviços públicos.

Na ocasião, Malhani reiterou a importância de qualquer proposta de reforma administrativa ter como pilar uma natureza republicana, democrática e sustentável, voltada para o desenvolvimento, inclusão, aperfeiçoamento da máquina estatal e fortalecimento das funções sociais do Estado Brasileiro.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Servidores apontam os prejuízos da PEC 32 ao deputado Rubens Bueno

Entidades filiadas ao Fonacate, participaram de reunião com o deputado federal Rubens Bueno (Cidadania-PR) e assessoria técnica do parlamentar, para debater estratégias de enfrentamento à reforma administrativa.

Durante a videoconferência, o colegiado reafirmou que a PEC 32/2020, se aprovada nos moldes em que tramita, irá mitigar o avanço da estrutura estatal, precarizar o desempenho institucional e inviabilizar o aperfeiçoamento da máquina pública, ao abrir brechas para um ambiente propício à corrupção e insegurança jurídica.

O diretor da Fenafisco e coordenador da Comissão Parlamentar do Fonacate, Celso Malhani, lembrou que o país precisa de uma reforma de natureza republicana e democrática, desenvolvimentista e sustentável, capaz de fortalecer o Estado



Social de Direito e defendeu a estabilidade, como garantia de prestação e entrega de serviços públicos.

“Tem sido defendido o fim da estabilidade. Mas a quem atende esse pleito, se o instituto visa que o servidor entregue à população um serviço público igualitário, prestado de forma republicana, com a necessária autonomia, sem medo de assédio moral e sem medo de outras mazelas que a política acaba colocando nas relações de trabalho?

Meu apelo é que no vínculo por tempo indeterminado seja mantida a estabilidade dos servidores, que têm essa obrigação com a sociedade”, defendeu.

Bueno ressaltou ser um defensor do serviço público e afirmou que uma reforma administrativa é necessária para modernizar o setor. Ele se colocou ao dispor para levar os apontamentos sobre a PEC 32 para discussão junto ao partido.

Junto ao deputado Fernando Monteiro, Fonacate promove novo debate sobre reforma administrativa

Representantes das entidades do serviço público, filiadas ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reuniram junto ao deputado Fernando Monteiro (PP-PE), para discutir formas de combate a reforma administrativa.

Durante o encontro, o Fórum reiterou a importância de uma reforma voltada para o desenvolvimento do Estado brasileiro, na contramão da proposta atual, que tramita no Congresso Nacional.

Em fala direcionada ao parlamentar, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, se mostrou angustiado com a proposta, além de elencar pontos que interferem no trabalho dos servidores públicos



atuais. “A proposta promete muito e entrega pouco, deputado. É insuficiente, um risco ao serviço público”, afirmou.

Preocupados com andamento da PEC 32, os demais presentes na

reunião ressaltaram o quão importante é barrar a proposta para evitar precarização dos serviços prestados à sociedade.

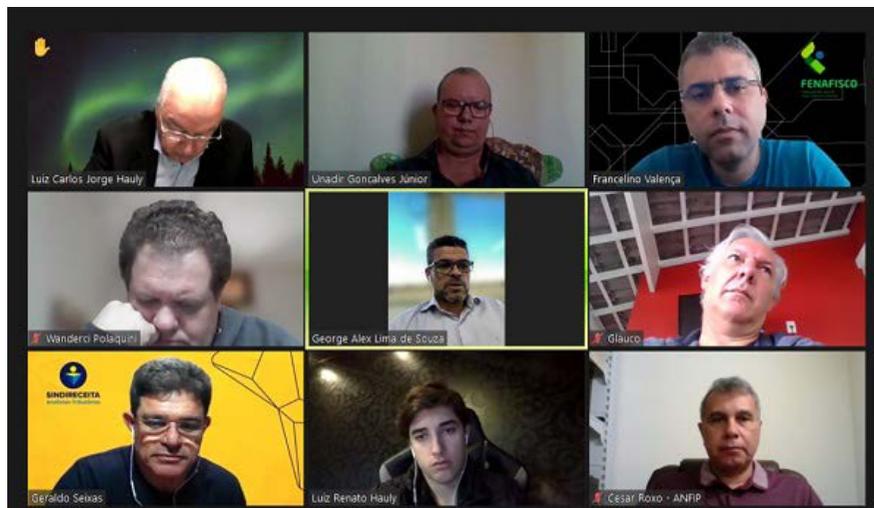
Solicito, Monteiro afirmou que respeita todas as opiniões, embora discorde de algumas, mas que está aberto ao diálogo.

O parlamentar também afirmou ser um grande defensor do serviço público e que opta sempre pelo diálogo para construção de um cenário desejado. “Estou à disposição pessoal, vamos debater, esse assunto é muito importante”, completou.

REFORMAS

Grupo debate efeitos da PEC 32 na efetividade da reforma tributária

As entidades de classe que integram o Pacto de Brasília, têm se reunido com frequência para discutir o andamento da PEC nº 110/2019 (Reforma Tributária), que tramita no Senado Federal, bem como os impactos da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) nas carreiras típicas de Estado e na dinâmica tributária nacional.



Os encontros virtuais contam com a presença do ex-deputado federal Luiz Carlos Haully, consultor do grupo, que atualiza os participantes sobre as alterações conquistadas até o momento no texto da PEC 110, que agora adota uma cobrança eletrônica e o crédito financeiro, e inclui a contemplação de um Imposto sobre Bens e Serviços

(IBS) dual. Além disso, foi adequado o tratamento do Fisco diretamente com o presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), a fim de apresentar e defender os interesses das carreiras dos fiscos federal, estadual, distrital e municipal.

Em relação à reforma administrativa,

que altera os dispositivos constitucionais sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, o consultor se colocou à disposição para auxiliar na articulação com os parlamentares envolvidos com o tema, sugerindo a promoção de lives interativas e de uma campanha de conscientização que refine a relação entre o Fisco e contribuinte, trazendo mais transparência e compreensão

em relação as reivindicações da categoria.

Pela Fenafisco participaram os diretores: Francelino Valença, Galuco Honório e Wanderer Polaquini (Sindafep-PR).

Fonte: Ascom ANFIP

Fenafisco é recebida pela liderança do PT na Câmara Federal

Celso Malhani, representando a Federação, o Sindifisco-RS e Fonacate – onde é coordenador da Comissão Parlamentar, intensificou o trabalho de mobilização parlamentar contra a reforma administrativa



Na oportunidade, Malhani visitou a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), na Câmara, que conta com 57 deputados, para apresentar a emenda substitutiva global à Proposta de Emenda Constitucional 32/2020 e, pedir o apoio da liderança junto aos parlamentares, tendo em vista que são necessárias 171 assinaturas para que o ajuste ao texto da PEC seja submetido à Comissão Especial da reforma em curso. Malhani foi recebido pelos deputa-

dos Elvino Bohn Gás (PT-RS) e Paulo Pimenta (PT-RS). Os parlamentares comprometeram-se a avaliar o conteúdo, juntamente com o Deputado Rogério (PT-MG) e, na medida das possibilidades, encaminhar a questão junto à bancada.

A emenda em questão foi desenvol-

vida pelas 35 entidades nacionais filiadas ao Fonacate, com objetivo de produzir uma adequação da PEC 32/2020, com redução de danos à sociedade, abordando temas como manutenção da estabilidade para todos os servidores de vínculo efetivo; exclusão vínculo por experiência (art. 39-A, inciso I) e novas hipóteses de contratação por prazo determinado (art. 39-A, §2º); manutenção da irredutibilidade salarial, do regime jurídico dos servidores, além da manutenção da previsão de regulamentação de avaliação de desempenho por Lei Complementar e a não permissão para que Presidente da República altere por decreto as atribuições de servidores efetivos, entre outros pontos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Fenafisco cobra vacina, emprego e reforma tributária solidária

No último 30 de abril, véspera do Dia do Trabalhador, o diretor da Fenafisco, Celso Malhani, somou voz junto a outros representantes de movimentos sociais e sindical durante a live “Democracia, Vacina e emprego para Todos”, realizada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), para cobrar ações que revertam o cenário de crise social e econômica, decorrentes da pandemia de Covid-19.

Paim fez referência ao discurso do novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em que ele reforça o compromisso público de seu governo com o meio ambiente, com diferentes grupos étnicos, e com os pobres, por meio de políticas de recuperação econômica e fortalecimento social, fazendo um comparativo com as ações do governo brasileiro.



MOBILIZAÇÃO

Malhani alertou para o momento, que exige mobilização em torno da vacina, do fortalecimento do serviço público e pela manutenção do Estado de bem-estar social, que vem sendo alvo de confiscos e ameaças.

“A PÚBLICA Central do Servidor, a Fenafisco e o Sindifisco-RS saúdam o seu mandato, pela responsabilidade ampla, assumida com todos os trabalhadores do Brasil e pela capa-

cidade de negociação em conduta pragmática, para obter os resultados, em favor de toda a sociedade brasileira”, disse.

Ao longo de sua manifestação, Malhani destacou a necessidade de serem empreendidos esforços para que no Brasil seja promovida uma reforma capaz de mitigar o fosso social aprofundado pela pandemia. Uma reforma tributária que institua nesse momento de crise um imposto sobre grandes fortunas, a exemplo do que tem sido feito por outros países da América Latina.

Segundo ele, o Brasil é um país de população pobre, que gerencia uma máquina de expropriação de recursos para transferir aos ricos, seja pelas regras tributárias ou pela submissão ao sistema financeiro, desvalorizando trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores de todos os níveis do serviço público.

Audiência Pública na Paraíba discute reforma tributária

A Fundação Perseu Abramo, por meio do NEPP/PB – GT de Políticas Fiscais e Tributárias, e do vereador Marcos Henriques (PT-PB), promoveu audiência pública virtual na Câmara Municipal de João Pessoa, para discutir a reforma tributária.

No encontro estiveram presentes vários debatedores de renome nacional, especialistas do tema, além dos palestrantes Eduardo Fagnani, professor de Economia da Unicamp; Pedro Lopes, ex-diretor da Fenafisco e Secretário de Estado do RN e Francilino Valença, diretor de Formação



Sindical e Relações Intersindicais da Federação.

Fagnani aproveitou a oportunidade para elencar as principais falhas do sistema, além de explicar sobre a crise que enfrentamos nos dias de hoje. “Somos um dos países mais desiguais do mundo.

A tributação progressiva sobre altas rendas e riqueza é a saída. As PECs 45 e 110 com a crise da COVID não enfren-

tam a desigualdade”, disse Fagnani. Pedro Lopes, também apontou a regressividade do nosso sistema tributário em comparação com os países integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e enfatizou a importância da reforma tributária solidária. “A reforma solidária favorece o crescimento do país, é a oportunidade para mudar o Brasil”, disse Lopes.

TRIBUTOS

Entidades analisam cenário da reforma tributária com deputado Luis Miranda

Entidades do Fisco, nas três esferas, participaram de reunião virtual com o deputado federal Luis Miranda (DEM/DF), oportunidade em que conversaram com o parlamentar sobre o ambiente político para a tramitação da reforma tributária.

Na ocasião também foi reforçada a importância da reforma necessária para o país, promover alterações no sistema nacional, visando a progressividade – para a promoção de justiça fiscal e implementação de diretrizes que fortaleçam a Administração Tributária.

A preocupação do grupo é que as carreiras e as instituições alinhem sua atuação para que as normas sejam cumpridas efetivamente por



empresas e cidadãos, de forma que haja a confiança dos contribuintes nos instrumentos necessários para o cumprimento das obrigações acessórias.

Para o deputado Luis Miranda, o momento é mais que oportuno para se fazer a reforma tributária. Ele destacou a PEC 128/2019, de sua autoria, construída com fundamentos na Reforma Tributária Solidária, trabalho encampado pela

Fenafisco e ANFIP.

Segundo Miranda, o atual panorama é que a Câmara foque na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que resolve a questão da simplificação dos tributos na área federal. Como o presidente da Câmara, Arthur Lira, avocou a PEC 45/19 para o Plenário, a tendência é que o caminho seja aberto para sua votação. Já no Senado Federal, o presidente Rodrigo Pacheco, manteve a Comissão Mista e solicitou um relatório ajustado.

“Temos que trabalhar numa reforma que aumente o poder de compra da população. O assunto não é só simplificar. É preciso aprofundar o tema da redistribuição da carga tributária, porque o país precisa ter uma redistribuição para aquecer a economia, gerar novos empregos e fazer a máquina funcionar”, afirmou.

(Com informações Ascom Anfip)

Fenafisco endossa posicionamento do Comsefaz e Encat em favor do MDF-e.

Sob o argumento de desburocratizar os procedimentos relativos ao transporte de cargas em todo o país, o governo federal instituiu em maio deste ano, por meio da Medida Provisória 1.051/2021, o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), de iniciativa do ministério da Infraestrutura, que visa agrupar em uma só plataforma uma série de dados de interesse da administração tributária e demais órgãos intervenientes da operação de transporte, para facilitar a vida dos autônomos e empresas do ramo.

A iniciativa, entretanto, tem gerado questionamentos por parte do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), o Encat (Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais) e entidades do setor de transportes, que alegam a redundância de informações, com documentos já disponíveis no Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), sistema utilizado há 10 anos no

âmbito estadual, implantado pelo Encat em parceria com as Fazendas estaduais, Receita Federal e entidades do segmento de transporte.

Atualmente o MDF-e, integra todos os documentos fiscais de uso obrigatório no transporte de cargas e é utilizado por mais de 5 milhões de transportadores habilitados em todo o país, que emitem 6 milhões de documentos por mês sem cobrança de qualquer tarifa.

Em matéria assinada pelo repórter Fábio Graner (Valor Econômico), do dia 7 de junho, o diretor-institucional do Comsefaz, André Horta, explica que o Manifesto Eletrônico já sintetiza a documentação fiscal.

“Podemos, a partir de agora, se for intenção do governo federal, incorporar mais ferramentas ao MDF-e. Os estados estão abertos a isso, mas o trabalho de consolidação dessas informações já foi desenvol-

vido pelos Estados e hoje isso está bastante dinâmico”, disse.

A referida matéria também aponta a preocupação do Coordenador-geral do Encat, Luiz Dias.

“A DTe vai fazer tudo isso de novo. E o pior, o pessoal vai ter que gastar dinheiro para integrar os sistemas, as empresas terão que gastar”, ressaltou.

O secretário-executivo do ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, disse ao Valor que a DT-e não representa qualquer redundância com a MDF-e. O secretário explica que inicialmente a DT-e só está unificando as informações relativas ao governo federal.

A Fenafisco apoia e endossa o posicionamento do Comsefaz e Encat.

(Com informações Ascom Comsefaz e Valor Econômico)